

- **Mesa Nº: 34**

- **Título de la mesa:** Urbanismo e política nos anos sessenta: permanências, rupturas, tensões em instituições de planejamento

- **Eje temático:** História do Urbanismo e do processo de urbanização

- **Resumen:** Três eixos aglutinam os trabalhos dos pesquisadores da rede de pesquisa *urbanismo.br* contemplando objetos, problematizações, hipóteses e fontes documentais. São eles: urbanização e desenvolvimento; urbanismo e planejamento; e, instituições, aqui proposto, abrangendo quatro pesquisas. O recurso de nucleação em torno de eixos comuns não significa abordagens exclusivas, mas uma estratégia para avançar na compreensão das mudanças observadas no campo do urbanismo e do planejamento urbano em período de profundas transformações políticas. O recorte temporal adotado são os anos de 1960 considerando recuos e avanços temporais seguindo o objeto de cada pesquisa. As análises contemplam a criação de instituições de planejamento urbano em resposta a crescente centralização do poder político e de decisão. Revelam ainda diferentes modalidades de instituições criadas e/ou atuantes no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Inflexões, continuidades e rupturas são observadas no processo, em termos das concepções e vertentes do pensamento urbanístico dos planos elaborados para diferentes esferas de governo e escalas territoriais e nas equipes envolvidas. Observa-se a ampliação e complexidade na formação de equipes tanto dos órgãos públicos como nas consultorias nacionais e internacionais contratadas. Modifica-se a concepção de planejamento como resposta a condições desiguais de desenvolvimento formuladas no período imediato pós-guerra, adequando-se as políticas do novo período autoritário. Mudanças no processo de estruturação urbana na expansão periférica das cidades brasileiras nas décadas de 1940 e 1950 são identificadas, impulsionadas por políticas habitacionais e investimento em grandes projetos de infraestrutura que redefinem seus eixos do crescimento e afirmam o novo caráter regional metropolitano. Propõe-se no decorrer destas análises, reflexão sobre a associação direta, indiscriminada, sem mediações entre o planejamento e as práticas autoritária e repressiva. Pretende-se examinar a complexidade destas relações observando as tensões, as rupturas e as continuidades. No eixo Instituições, aqui proposto, são abordadas diversas instituições criadas e/ou atuantes no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: seja de diferentes esferas governamentais, sejam externas à administração, assim como instituições interamericanas e agências internacionais e latino-americanas. Destacam-se: o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR), a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP), dentre outras. A

atuação dessas instituições no âmbito da América Latina e nas escalas nacional, estadual, metropolitana e urbana é problematizada por formulações em particular nos seguintes aspectos: 1) visão interdisciplinar para o desenvolvimento urbano; 2) política voltada para as regiões metropolitanas em detrimento do planejamento regional; 3) formação e reconfiguração do campo profissional de planejamento; 4) ensino de planejamento na América Latina por meio de missões técnicas; e, 5) pautas entre política e técnica no âmbito latino-americano. **Palavras-chave:** instituições de planejamento, ditadura militar, urbanização e desenvolvimento, planejamento urbano e regional, metropolização e América Latina.

- **Coordinadores:**

- **Nombre del coordinador 1:** Celia Ferraz da Souza

- **E-mail coordinador 1:** cefsouza@terra.com.br

- **Afiliación institucional del coordinador 1:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PROPUR (Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional), Br

- **Nombre del coordinador 2:** Maria Soares de Almeida

- **E-mail coordinador 2:** maria.sdealmeida@gmail.com

- **Afiliación institucional coordinador 2:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PROPUR

- **Ponencias:**

- **Nombre ponente 1:** Celia Ferraz da Souza

- **Afiliación institucional:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PROPUR

- **E-mail:** cefsouza@terra.com.br

- **Título:** As instituições e o planejamento no Rio Grande do Sul

- **Resumen:** O objetivo do estudo é demonstrar a origem das ideias sobre o planejamento urbano e regional no Rio Grande do Sul (RS), a partir das instituições criadas ou adequadas nos anos 1960 e incrementadas nos anos 70, que vieram orientar as políticas públicas em relação ao RS. Foram tempos de uma forte interlocução entre os órgãos Federais, através do SERFHAU e da SUDESUL, Ministério do Interior, com órgãos Estaduais, Secretaria de Desenvolvimento e Obras Públicas (antiga SOP), a criação da Metroplan (inicialmente Grupo Executivo da Região Metropolitana - GERM) e ainda com os órgãos Municipais da capital, especialmente a Secretaria Municipal do Planejamento, então recém-criada. Tendo ainda uma participação coordenadora, da Universidade Federal, através de seus

vários departamentos. Eram diversos olhares que faziam a integração inicial, através de interdisciplinaridade, com sociólogos, economistas, geógrafos, engenheiros, arquitetos urbanistas e outros. Essa possibilidade trouxe uma ampla discussão sobre o Estado como um todo e suas cidades, voltada a cima de tudo na busca de estabelecer políticas públicas, regionais e urbanas, e sua implementação através do planejamento regional e urbano, não só físico, mas de caráter econômico, populacional, social, cultural, político, administrativo e locacional que terão repercussão no espaço. Isso tudo veio resultar no documento de Política de Desenvolvimento do Estado, realizado em cima de uma pesquisa enorme sobre o Estado e suas cidades, coordenada pela Universidade, com a participação de técnicos de todas as instituições citadas, e discutidas nos I e II Seminários sobre Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Rio Grande do Sul. Por outro lado, a ideia de preparar cursos específicos, promovidos pelo governo, organizar pesquisas, levou a Universidade criar seu primeiro curso de mestrado, *stritu senso*, o PROPUR, que desde 1970 vem formando mestres e mais tarde doutores em planejamento urbano e regional. Palavras-chave: planejamento urbano, planejamento regional, planejamento integrado.

- **Nombre ponente 2:** Sarah Feldman
- **Afiliación institucional:** Universidade de Sao Paulo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP
- **E-mail:** sarahfel@sc.usp.br
- **Título:** O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU): concepções e referências para o planejamento metropolitano
- **Resumen:** Os onze anos de existência do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo SERFHAU, em plena ditadura militar, constituem momento particular do processo de institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil. Com a criação de um órgão federal, formalizam-se as condições para criação de instituições estaduais, metropolitanas e municipais e condiciona-se a concessão de recursos para elaboração de planos diretores à criação de “órgãos permanentes de planejamento e desenvolvimento local”. A atividade de assistência técnica aos municípios se institucionaliza em nível federal e estadual, e se estabelece, pela primeira vez, a chancela de um órgão federal para contratação de empresas privadas de consultoria para elaboração de planos. Este novo quadro institucional foi determinante para a reconfiguração do campo profissional dos urbanistas. A elaboração de centenas de documentos e planos diretores municipais, planos metropolitanos e regionais e a criação de cursos de pós-graduação possibilitaram um intenso processo de formação e capacitação de uma geração de profissionais. Neste texto será enfocada a inserção do planejamento metropolitano enquanto concepções, referências mobilizadas nos documentos, nas atividades de formação e seminários promovidos pelo SERFHAU, nos programas de pós-graduação que tiveram a participação da instituição, assim como experts e profissionais nacionais e internacionais envolvidos. No período democrático imediatamente anterior ao golpe de 1964 a questão do

planejamento metropolitano esteve no centro do debate urbanístico, fortemente vinculado à realidade das metrópoles latino americanas. Com a extinção do SERFHAU é criado um órgão voltado para as regiões metropolitanas – a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU. Nesse percurso, interessa entender os deslocamentos, permanências, inflexões, rupturas nas concepções e referências formuladas e/ou mobilizadas e suas relações com as mudanças de contexto político.

Palavras chave: SERFHAU, planejamento metropolitano, CNDU

- **Nombre ponente 3:** Maria Soares de Almeida
- **Afiliación institucional:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PROPUR
- **E-mail:** maria.sdealmeida@gmail.com
- **Título:** As ideias e as práticas do Planejamento Urbano e Metropolitano no RGS
- **Resumen:** A pesquisa tem como foco central a investigação das ideias em circulação sobre as cidades e o urbanismo no período de 1960 a 1970. Examina-se a difusão de novos paradigmas e a emergência do enfoque interdisciplinar na elaboração de planos diretores. O crescimento urbano acelerado, decorrente de processos econômicos sociais por que atravessou o país, a partir da década de 1950 e que se consolidou na década de 1960, provocou uma grande concentração urbana caracterizando a formação das metrópoles brasileiras. Os territórios metropolitanos se constituíram por cidades expandidas para além de suas fronteiras municipais formando o que se passou a denominar como “cidades conurbadas”. A percepção de que a administração destes territórios, assim formados, não cabia mais no âmbito municipal, levou os gestores e planejadores a proporem associações de municípios para o seu planejamento. No caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, em meados da década de 1960, o governo estadual e o município capital, estabeleceram convênios para promoção de estudos, que permitissem o encaminhamento desta questão. A delimitação do território, objeto de intervenção compartilhada, a organização de instancias políticas de gestão e a formação de grupo técnico para a promoção de estudos e de planejamento regional, foram alguns elementos institucionalizados. A pesquisa abrange os seguintes conteúdos: as instituições governamentais e o pensamento e as práticas sobre a cidade e o urbanismo; a organização das equipes de planejamento; a ação das empresas de consultoria para a elaboração de “Planos Diretores Locais Integrados” e o Plano de Desenvolvimento Metropolitano: o planejamento metropolitano e a formação das equipes com a participação e apoio técnico e financeiro do Governo da República Federal da Alemanha.

Palavras chave: metrópole, planejamento metropolitano, gestão metropolitana.

- **Nombre ponente 4:** Fernanda Jahn-Verri
- **Afiliación institucional:** Doutoranda em Planejamento Urbano pela UCLA
- **E-mail:** fjverri@ucla.edu
- **Título:** O papel do Estado no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1960 e 1970: a experiência

do serfhau e sop

- **Resumen:** O artigo trata do papel do Estado na institucionalização do planejamento urbano no Brasil através da operação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) no Rio Grande do Sul nas décadas de 1960 e 1970. O órgão, criado em 1964, atuou durante onze anos prestando assistência técnica a estados e municípios e incentivando a abordagem de aspectos econômicos, físicos, sociais e institucionais no planejamento, bem como a integração dos planos nos níveis municipal, regional e federal. No entanto, apesar da autarquia ter colaborado com a implementação de uma metodologia interdisciplinar na elaboração de planos e na implementação do planejamento urbano enquanto processo, sua atuação no Rio Grande do Sul foi mais restrita do que no restante do país. Esta limitação se deu principalmente porque já havia no estado uma estrutura de assistência técnica aos municípios organizada pela Secretaria de Obras Públicas (SOP). O trabalho mostra, ao investigar documentos oficiais da época como relatórios anuais da SOP, boletins do SERFHAU, anais de seminários e outras publicações, que, anteriormente à criação da autarquia federal, o órgão estadual consolidou na região uma experiência de planejamento urbano. Portanto, coube ao SERFHAU o papel de colaborador da SOP, sobretudo no que diz respeito ao financiamento de planos e de outras ações ligadas à institucionalização do planejamento urbano nas municipalidades gaúchas. Apesar do SERFHAU ter possibilitado a ampliação e aperfeiçoamento das ações da SOP, graças a projetos como os Municípios-Escolas, por exemplo, o desenvolvimento do I Plano de Saneamento do Rio Grande do Sul, em 1943, a formação de escritórios regionais de planejamento no interior do estado nos anos 1950 e outras iniciativas evidenciam que a Secretaria, anos antes da criação do SERFHAU, já prestava assessoria técnica aos municípios da região, auxiliando, dessa forma, na institucionalização do planejamento urbano no país.

- **Nombre ponente 5:** Clarissa Maroneze Garcia, Celia Ferraz de souza
- **Afiliación institucional:** maestranda do PROPUR - UFRGS/profª orientadora do PROPUR – UFRGS.
- **E-mail:** clarissamaroneze@hotmail.com, cefsouza@terra.com.br
- **Título:** A institucionalização da metropolização de Porto Alegre: os dois lados de um processo.
- **Resumen:** A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foi delimitada no final de 1967 e promulgada, via legislação estadual, em 1968. Sua institucionalização só se deu no ano de 1973. Em termos de crescimento, desde o princípio, teve sua orientação voltada para o norte, na direção do centro do país (BR-116), buscando o estabelecimento de relações mais dinâmicas. Nos anos 70 também foi inaugurada a FreeWay (RS-290), ligando a capital com o restante do país, via litoral (BR-101) e servindo como a mais importante rota de acesso as praias localizadas no litoral norte do RS. Diante deste contexto, o sul, em especial, a cidade de Viamão (sede do município) e o então distrito de Belém Novo de

Porto Alegre, ficou e mantém-se até hoje, fora do eixo do crescimento econômico da RMPA. No caso de Viamão, esta cidade perdeu importância como eixo de acesso às praias do Atlântico. Já o distrito de Belém Novo, perdeu sua função de balneário de verão. Ambos não receberam investimentos em serviços e comércio, e careceram de uma política de valorização de seu patrimônio cultural. Sendo assim, surge um outro lado dentro do processo de crescimento da RMPA. Este trabalho busca portanto discutir as perdas e acréscimos de funções dessa área, dentro do processo de institucionalização da RMPA, visto que, a partir dos anos 1970, com a criação da via expressa, o crescimento foi induzido para outra direção. A estagnação do crescimento dessa área no seu processo histórico mais recente, transformou-a por consequência em uma reserva para futuras zonas habitacionais e de lazer dentro da própria RMPA, que se encontra, atualmente, altamente densificada. Assim, considera-se a hipótese de que a área com essas novas funções possa complementar o sistema metropolitano.

Palavras-chave: Evolução Urbana; Expansão Urbana; Região Metropolitana; Viamão; Porto Alegre

- **Nombre ponente 6:** Rodrigo de Faria
- **Afiliación institucional:** na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGFAU/UnB.
- **E-mail:** rod.dfaria@gmail.com
- **Título:** Urbanização, planejamento urbano e desenvolvimento municipal na América Latina: ideias e realizações da sociedad interamericana de planificación (1956-1980)
- **Resumen:** No transcorrer das décadas iniciais do século XX a América Latina experimentou os sinais iniciais do intenso e acelerado processo de urbanização acompanhado de importantes transformações econômicas decorrentes em grande parte pela expansão industrial. Nesse contexto também ocorrem ações públicas marcadas por investimentos públicos de caráter social, especialmente no campo da habitação da infraestrutura urbana. Os governos nacionais de alguns países da América Latina também encaminharam ações que buscavam a articulação entre os planos de desenvolvimento numa dimensão produtiva macroeconômica e ações mais diretamente relacionadas às cidades. Dois casos singulares desse processo são Brasília no Brasil e Ciudad Guayana na Venezuela, ambas inseridas no contexto das décadas de 1950 e 1960. Tais fatores/ações favoreciam o surgimento de novas experiências e discussões no campo do urbanismo e do planejamento urbano-regional, muitas delas resultantes da interlocução profissional e institucional no continente interessados nesses assuntos nacionais e urbano-urbanísticos. Um dos resultados desse processo profissional pode ser reconhecido na agregação dos profissionais em sociedades e instituições que promoviam discussões e apresentavam proposições para o desenvolvimento municipal. Entre essas instituições, a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP), e com ela a construção de redes profissionais que, por sua vez, atuavam através de atividades editoriais e participação em Congressos,

Conferências e Seminários para discussão dos temas de interesse ao município: o urbanismo e o planejamento urbano-regional estavam na pauta dessas atividades. No caso da SIAP, pelas discussões e proposições publicadas tanto no Boletim “Correo Informativo” como na “Revista Interamericana de Planificación”, além da sua principal atividade profissional que ocorreu durante os “Congresos Interamericanos de Planificación”, que ocorreram desde 1956, o primeiro na cidade de Bogotá até sua última edição registrada em 1980, realizado em Caracas, na Venezuela. A mesma SIAP tinha em seu espectro de atuação um interesse particular com a formação dos profissionais, direcionando debates sobre o ensino do planejamento na América Latina.

Palavras-chave: Planejamento Urbano, Urbanização, Desenvolvimento Municipal, América Latina, Sociedad Interamericana de Planificación

- **Nombre ponente 7:** Arthur Dias Soares Ramalho
- **Afiliación institucional:** Professor da Escola Estadual “Professor Joaquim de Toledo Camargo”
- **E-mail:** arthurdias@prof.educacao.sp.gov.br
- **Título:** Instituições brasileiras de planejamento e preservação do patrimônio histórico: o caso da Fundação João Pinheiro nas décadas de 1960 e 1970.
- **Resumen:** Os governos da ditadura militar, nos anos 1970, pressionados por demandas históricas de elaboração de uma política urbana nacional, conferiram aspectos institucionais à criação de regiões metropolitanas; à criação de entidades responsáveis pela coordenação dos processos de urbanização, seja pelo financiamento de habitação, seja organizando e divulgando o conhecimento técnico correspondente; à integração territorial; e à industrialização. Concomitantemente, uma política cultural de Estado já estava consolidada na preservação do patrimônio nacional, cujo Instituto passa a sofrer pressões internas no Ministério de Educação e Cultura. Quando o Ministério passa por reorganização institucional, criando órgãos e planos de ação cultural como resposta a essas demandas, é indicada tanto a manutenção do prestígio que conquistara o Patrimônio, quanto sua fragilidade organizacional. Contudo, esses fatores contribuíram mais para fortalecer o Estado capitalista, condicionando o urbano ao desenvolvimento nacional e controvertendo os resultados das medidas institucionais voltadas para a formação de uma política urbana sistêmica. Interessa-nos afirmar também que a mudança na concepção metodológica de trabalho do Patrimônio, enraizada desde sua fundação, o coloca como elemento constitutivo dos anseios nacionais de desenvolvimento econômico e, portanto, indissociável do conjunto urbano em que se insere. Neste trabalho analisaremos o lugar que ocupam as instituições de planejamento urbano nas discussões sobre preservação a partir do campo de atuação da Fundação João Pinheiro, criada no final da década de 1960 em Minas Gerais. Essa instituição reuniu profissionais de diversas áreas em trabalhos que abordaram desde o planejamento econômico até preocupações com o tratamento urbano das chamadas cidades históricas. A primeira parte do texto

consiste na breve caracterização das políticas urbana e cultural da ditadura. Posteriormente, passaremos ao estudo de caso, delimitando a atuação da Fundação mineira nas décadas de 1960 e 1970. Por fim, concluiremos com as questões levantadas da caracterização dessa participação de instituições de planejamento na preservação.

Palavras-chave: Fundação João Pinheiro; Planejamento urbano; Preservação do patrimônio histórico.

- **Nombre ponente 8:** Daniel Tochetto
- **Afiliación institucional:** Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- **E-mail:** danieltoc@gmail.com
- **Título:** Da institucionalização à desinstitucionalização do planejamento no estado do Rio Grande do Sul
- **Resumen:** A institucionalização do urbanismo como disciplina e, conseqüentemente, do planejamento urbano nos órgãos públicos municipal e estadual são referências importantes no estado do Rio Grande do Sul e na a área do urbanismo. Essa evolução conferiu e reforçou ao estado, e à cidade de Porto Alegre principalmente, posição de vanguarda e tradição, durante o século XX, no desenvolvimento de uma estrutura e de um conhecimento técnico voltado ao planejamento urbano e regional. O auge da atividade foi marcado pela atuação das instituições voltadas ao planejamento na década de 1960/70, momento da criação do SERFHAU. Entretanto, no estado, esse órgão veio a endossar a prática já adotada pela Secretaria de Obras Públicas do estado, o planejamento integrado apoiado numa estrutura técnica multidisciplinar e sólida. A fase da institucionalização do planejamento tem recebido mais atenção recentemente, juntamente com a precedente que já possui mais estudos. Todavia, ainda há uma lacuna referente à fase posterior que vem se consolidando: a desinstitucionalização. A partir da década de 1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, do Estatuto da Cidade, legislações para reforçar as instituições de planejamento, a atividade começou a perder forças juntamente com a descentralização do poder político e de decisão. O planejamento está desacreditado, não é respeitado e o plano diretor está por virar uma atividade de gabinete realizada para cumprir a legislação. As invasões e construções desordenadas ou os empreendedores desenfreados agravam os problemas urbanos e prosperam devido à falta de vontade política para fortalecer a fiscalização urbanística e implantar a governança exigida pela cidadania. O objetivo deste artigo é fazer uma análise comparando a fase da institucionalização do planejamento com o momento posterior, de forma a identificar inflexões, continuidades e rupturas e dar início aos estudos da desinstitucionalização, por meio da atuação das instituições municipal e estadual.



Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana
Ciudades en el tiempo: infraestructuras, territorios, patrimonio

23, 24 y 25 de noviembre de 2016

Santiago de Chile

Palavras-chave: institucionalização do planejamento; planejamento integrado; desinstitucionalização do planejamento; instituições municipal e estadual.